

# Clóvis Moura e a materialidade da raça na luta de classes

Nathan Barbosa dos Santos<sup>1</sup>  
Marcela Darido<sup>2</sup>

**Resumo:** o artigo possui como premissa historicizar conceitos e categorias na apreensão do método de Marx. Para tanto, recuperamos a Economia Política do colonialismo proposta por Clóvis Moura. Como foco, discutimos a luta de classes como emergência da história do Brasil colônia e a implicação do racismo na conformação da sociedade de classes brasileira. A noção de classe *em si* e classe *para si* de Marx se articula com a proposição de grupos *específicos* e *diferenciados* para Moura. Desta forma, estão propostos apontamentos que dão conta da particularidade da formação econômica do Brasil, de sua sociedade de classes e a raça como elemento central e indissociável desta compreensão.

**Palavras-chave:** Clóvis Moura. Luta de classes. Racismo.

**Abstract:** the article has as premise to historicize concepts and categories in the apprehension of Marx's method. To do so, we recover the Political Economy of colonialism proposed by Clóvis Moura. As a focus, we discussed the class struggle as an emergence of the history of colonial Brazil and the implication of racism in shaping class society in Brazil. Marx's notion of class *itself* and class *for itself* is articulated with the proposition of *specific* and *differentiated* groups for Moura. In this way, notes are proposed that take into account the particularity of Brazil's economic formation, its class society and race as a central and inseparable element of this understanding.

**Keywords:** Clóvis Moura. Class struggle. Racism.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp. Mestre em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS (2019). Integrante do Coletivo Clóvis Moura.

<sup>2</sup> Mestranda em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp. Integrante do Coletivo Clóvis Moura.

## Introdução

Na tarefa de compreender o capitalismo e a luta de classes recorreremos ao materialismo histórico-dialético. Tal teoria se expressa na realidade enquanto construtora da prática da classe trabalhadora sob a estratégia revolucionária (LÊNIN, 2011). É a partir das disputas dentro da classe operária e em suas ferramentas políticas que o marxismo ganha vida, tornando-se possível a construção de um programa político oriundo e em benefício da classe. A raça permeia a formação do Brasil e toda a sua história, aparecendo não só como tema de preocupação das classes dominantes, mas também como problemática a ser resolvida pelos movimentos negros e organizações de esquerda.

A constituição de classes no Brasil tem uma particularidade histórica que deve ser desvelada. A materialização histórica particular do racismo tem a raça como elemento mais simples, componente de uma realidade complexa na qual o racismo emerge como uma categoria real. Tal particularidade se dá por efeito do colonialismo, sua razão como condição e construção do capitalismo na Europa Ocidental. Moura (1995) aponta que pouco se avançou na historiografia do Brasil no que concerne às relações de produção e luta de classes. Portanto, tencionamos avançar na consolidação da história do trabalho. Contrariando Moura apenas ao compreender que, em modéstia ou cortesia, ele não considerou sua contribuição ímpar a partir da história dos trabalhadores, do trabalho e da luta de classes.

Para realizar essa reflexão, apresentamos primeiro a perspectiva histórica da luta de classes e as dimensões da classe no capitalismo. Logo depois retomamos a noção de classe *em si* e classe *para si*. Subsequentemente, buscamos relacionar as classes no Brasil a partir da proposição de *grupos específicos e diferenciados*, de Moura (1988). Ao discutir a materialidade da raça na conformação do capitalismo, retornamos brevemente à história do colonialismo. Deste modo, buscaremos historicizar a luta de classes no Brasil, evitando a *classe* como mero conceito que paira no ar e não retorna à realidade.

## História, luta de classes e classes

Se a “história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes” (MARX & ENGELS, 2008, p. 8), para recuperar a história do Brasil, devemos tematizar o embate entre escravos e senhores, colonizadores e colonizados. A luta de classes prévia ao estabelecimento da civilização no Novo Mundo, isto é, do transplante da modernidade europeia para as Américas, Ásia e África, não esteve descrita pela insurgência burguesa contra o clero e a monarquia.

Nosso foco, como para Marx & Engels (2008), é a contraposição de opressores e oprimidos, ininterruptamente, até que haja uma revolução. Para eles, a sociedade burguesa moderna não aboliu contradições de classes, mas colocou novas condições de opressão, novas formas de lutas e novas classes. Portanto, o colonialismo é a chave para compreender o capitalismo em sua totalidade no Brasil, a conformação das classes e da luta de classes. Não só como parte integrante e condição *sine qua non* do desenvolvimento do capitalismo, mas como seus elementos de dominação, exploração e controle do trabalho se tornam especificamente capitalistas com a introjeção forçada da modernidade nas colônias. Para Marx (1996, p. 370), é a “descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização” a “pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras” o que marca o início da era de produção capitalista, momentos fundamentais da acumulação primitiva.

Tais elementos constituíram, para além da expropriação fundiária e dos meios de subsistência dos camponeses e servos, os revolucionamentos necessários à ascensão da burguesia e a desintegração da sociedade feudal. Para nós, no entanto, essa *descoberta* é a integração forçada à metrópole a partir do desenvolvimento de relações de produção específicas, com a hegemonia do escravismo como controle do trabalho. Tais relações – apesar de territorialmente externas à Europa – estão diretamente ligadas aos desenvolvimentos

revolucionários da burguesia europeia: a acumulação primitiva; o financiamento da Revolução Industrial; e o fundamento ideológico de justificação de sua ascensão e domínio. A complementaridade do colonialismo dá conta de parte das condições materiais essenciais sem as quais o capitalismo não teria se desenvolvido como hoje vemos.

Particularmente, a classe trabalhadora e a burguesia brasileira possuem especificidades que estão dialeticamente ligadas a essa dinâmica. A necessidade por mercados crescente impeliu a burguesia metropolitana à conquista do globo. A “burguesia logra integrar na civilização até os povos mais bárbaros[...]obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir a assim chamada civilização”, criando “um mundo à sua imagem e semelhança” (MARX & ENGELS, 2008, p. 15).

A colonização como veículo do processo civilizatório burguês é, para além do desenvolvimento das relações de produção capitalistas, a adoção da cosmovisão capitalista e a transformação das ex-colônias em Estados-Nação capitalistas. Deste modo, partindo do geral, expomos que a criação do mundo à imagem da burguesia, assim como a criação do homem por Javé, segundo o judaísmo-cristianismo, foi incompleta. O deus hebreu guardou para si o discernimento entre o bem e o mal, a onisciência. Similarmente, a burguesia europeia quebrou o molde pelo qual formatou a *Civilização*.

Aqui destacamos o primeiro processo histórico essencial para a interpretação proposta: a colonização; condição fundamental ao processo de acumulação na Europa, com suas relações de produção próprias, sua produção particular da acumulação capitalista nas colônias e da luta de classes.

## **Classe em si, classe para si**

Segundo Marx (1996), como condição fundamental para a produção capitalista, há o contato entre dois possuidores muito distintos de mercadoria: os proprietários do dinheiro, meios de

produção e de subsistência; e os proprietários apenas da própria força de trabalho. Separação pressuposta na relação-capital que cria, de um lado, o capital e, de outro trabalhadores assalariados. Identificamos a partir do processo de acumulação primitiva tal qual descrito por Marx, parte dos elementos que baseiam as classes.

Para nossa interpretação é chave que tenhamos, em primeiro lugar, a inerência da exploração do trabalho em tais relações de produção que, por sua vez, se objetiva pela dominação de classes. Em segundo lugar, há a necessidade de expor a noção de *classe em si* e *para si*, pois é através dela que Clóvis Moura trabalha com as categorias de grupos *específicos* e *diferenciados*:

[...] para chegarmos às categorias de grupos *específicos* e *diferenciados*, através dos quais desenvolveremos nosso esquema metodológico, começaremos, no nível teórico, a manipular com dois termos da dialética materialista, derivados do conceito de classe social: os termos de classe *em si* e *para si*. (MOURA, 1988, p. 109).

Deste modo, temos que as classes sociais se constituem a partir da relação econômica de produção em determinado momento histórico. Assim, ao transformar as massas em meros trabalhadores, o capitalismo os unifica sob um único elemento: a necessidade de vender sua força de trabalho para sobreviver:

As condições econômicas transformaram, em primeiro lugar, a massa do povo em trabalhadores. A dominação do capital sobre os trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não ainda uma classe para si mesma. Na luta, da qual indicamos apenas algumas fases, essa massa se une e forma uma classe para si. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe. (MARX, 1985, p. 90).

*Classe em si* se traduz no pertencimento real de classe – o papel que os indivíduos cumprem na divisão do trabalho – pré-estipulado e, em certa medida, independente da vontade individual. Estamos, portanto, retomando a concepção de classe enquanto elemento diferenciado dado pela divisão do trabalho em determinada sociedade e em determinado momento histórico. Isso significa que trabalhadores e burgueses, em lados opostos, conscientes ou não de sua condição, estão dispostos na dinâmica da luta de classes.

A articulação coletiva em prol de seus interesses é determinada pelo entendimento coletivo de pertencimento de classe, o que Marx chamou de classe *para si*. A partir dela, os indivíduos de determinada classe se organizam para atuar na luta de classes. Aqui, temos o segundo processo histórico que permite a presente proposição, a saber: a acumulação primitiva como categoria real que exprime o processo pelo qual se formam as classes no capitalismo, em primeiro lugar; e a consciência de seu pertencimento de classe como resultado da luta de classes.

Em sequência, buscaremos expor as condições objetivas e subjetivas que empregaram às classes e à consciência de classe a particularidade do racismo como articulador da dominação para exploração capitalista no Brasil. Atividade empreendida como desdobramento do pensamento marxiano, dado que a história da acumulação primitiva “assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas” (MARX, 1996, p. 342).

## **Grupos específicos e grupos diferenciados**

A colonização consolidou a união entre raça e classe desde o berço do capitalismo. “Podemos dizer, portanto, que, como cimento dos alicerces da sociedade capitalista, a escravidão, durante um período relativamente longo, foi um de seus elementos mais importante.” (MOURA, 2020b, p.83). O racismo se torna uma das armas mais

poderosas de dominação, possibilitando a divisão internacional racial do trabalho. Ao dividir e qualificar os trabalhadores do mundo, é possível criar uma escala de exploração do trabalho.

Para entender as particularidades da realidade brasileira, Moura retoma a diferenciação de *classe em si* e *para si* de Marx visto que:

Essa dicotomização do conceito vem possibilitar a análise de classe desde a sua formação e emergência, quando ela é apenas objeto na estrutura social, até a fase mais plena da sua afirmação na sociedade, quando adquire consciência de que existe e somente em confronto e fricção com outras que se comprimem no espaço social pode reconhecer-se como específica, isto é, com objetivos próprios e independentes (MOURA, 1988, p. 110).

O poder colonial permitiu que diversos povos fossem tanto despojados de suas identidades históricas, quanto de um lugar na história da produção cultural da humanidade, implicado pela sua nova identidade racial<sup>3</sup> – colonial e negativa (QUIJANO, 2005). Moura (2000), por sua vez, destaca esse movimento ao exemplificar, a partir da carta de Pero Vaz Caminha, o modo pelo qual os povos originários eram tidos como belos até que surgiu a resistência à conquista. Assim, tornaram-se “o canibal, o primitivo, o perigo à fé, o mau selvagem[...] Esta nova imagem montada é que irá justificar o massacre como necessário ao chamado ‘processo civilizatório’” (MOURA, 2000, p. 83).

O indígena e o africano escravizado se tornam, portanto, *diferenciados* na estrutura produtiva da sociedade colonial. O desenvolvimento do comércio triangular, no entanto, direcionou a escravidão racialmente dirigida mormente ao segundo grupo. Nesse tipo de relação de classes, o escravo não só produz mercadorias, como é entendido como uma.

---

<sup>3</sup> Segundo Quijano (2005), esse despojo se realiza no lapso de trezentos anos, pelo qual diversos povos e etnias foram aglutinados em *negros* e índios.

Moura (1994) retoma que na época aguda do colonialismo o racismo se tornou grito de guerra do nacionalismo. Nesse sentido, a pátria que necessitava de uma palavra de ordem aglutinadora, criou um *pedigree* auto outorgado, um vínculo pelo qual qualquer homem podia sentir-se orgulhoso. A partir daí o racismo ganhou vozes diferentes em cada país europeu. Criou-se uma gama de escritores e políticos imbuídos da tarefa de comprovar que desde o início da história europeia, apenas a sua raça eram devidos os triunfos da civilização.

Com a instalação e dinamismo do sistema colonial e seu desdobramento imperialista, o racismo como ciência se estende ao resto do mundo buscando sistematizar-se e adquirir maior abrangência. Permitindo unir todas as diferenças étnicas europeias no *branco*, que emerge como contraponto das populações racialmente distintas das matrizes daquele continente, aprofundando as relações de dependência. Deixa-se de cogitar as diferenças entre o nórdico, alpino e mediterrâneo que, compondo a raça branca, tinham o direito de tutelar os demais povos (MOURA, 1994).

No mito criado pela supremacia branca, esta comunidade identitária e limitada, só alguns passam pelo critério ultra seletivo de humanidade. Ao se fazer homem universal<sup>4</sup>, o branco torna-se norma, ao mesmo tempo que tem liberdade de ser singular. Na palidez da pele, a sociedade colonial produz tudo bom e belo a partir do branco, libertado da corporeidade animalesca.

Essas características dadas pela provisão divina à branquitude são míticas, antes-dádivas, são fruto do despojo violento, colonial, dominador. É primeiro a diferenciação em pretos, amarelos, vermelhos, olivas, que possibilita a construção do branco. Os *povos de cor* são o *objeto* perfeito para externar suas próprias contradições em um outro. Isso se dá material e subjetivamente: por um lado, lucram com o sangue

---

<sup>4</sup> Também no sentido do gênero masculino. Grosfoguel (2008) evidencia a formação do pensamento ocidental de um ponto-zero, uma verdade universal que parte do homem branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu, e a partir disso coloca toda e qualquer oposição a ele na subalternidade oprimida.



e suor da escravidão; por outro, a construção do Outro como animal, mercadoria, bárbaro etc. permite que se livrem dos seus pecados ao colocar todo o mal e o atraso na conta dos monstros que criaram.

A partir de Moura (1988), vemos que ao falarmos em grupos *diferenciados*, nos referimos aos “outros” que compõem a sociedade. Ou seja, no caso do racismo antinegro, é o negro que é identificado como o “outro”, sendo considerado e avaliado a partir do significado histórico-social do que é um negro sendo diferenciado a partir dos valores instituídos na sociedade de classes na qual se encontra. Isto é:

constitui um grupo que, por uma determinada marca, é visto pela sociedade competitiva dentro de uma ótica especial, de aceitação ou rejeição, através de padrões de valores, *mores* e representações dos estratos superiores dessa sociedade (MOURA, 1988, p. 116).

Se no Brasil escravista o negro era visto como semovente, restrito ao trabalho braçal; na aurora do capitalismo dependente, essa mesma marca se torna sinônimo de *vagabundagem*. Esse movimento exprime um interesse de dominação de classe, demarcado pelo fim da escravização no Brasil ter sido acompanhado de um processo de branqueamento social – e mesmo a intenção de um branqueamento físico via eugenia. Por tal processo, nos setores mais dinamizados do novo Brasil capitalista, imigrantes brancos europeus foram trazidos para ocupar os postos de trabalho antes ocupados pelos negros.

Ao qualificar a dinâmica pela qual o grupo *diferenciado* se torna *específico*, Moura (1988) aponta que ao sentir a discriminação e marginalização fruto das contradições sociais, o negro se organiza e cria mecanismos de defesa capazes de conservá-los, agora como específicos, ou integrar-se na sociedade:

Quando nos referimos a *grupos específicos*, estamos encarando a mesma realidade em outro nível de abordagem e em outra fase de desenvolvimento ideológico. Procuramos, com este termo,

designar, do ponto de vista interno do grupo, os padrões de comportamento que são criados a partir do momento em que os seus membros se sentem considerados e avaliados através da sua *marca* pela sociedade. Em outras palavras: o *grupo diferenciado* tem as suas diferenças aquilatadas pelos valores da sociedade de classes, enquanto o mesmo grupo passa a ser *específico* na medida em que ele próprio sente esta diferença e, a partir daí, procura criar mecanismos de defesa capazes de conservá-lo *específico*, ou mecanismos de integração na sociedade (MOURA, 1988, p. 116-117, *grifos do autor*).

Ora, o que desperta a resistência desses sujeitos desassujeitados pelo branco colonizador, senão a consciência de que são em si um grupo? Ao serem diferenciados por seu papel na produção e reprodução da sociedade colonial escravista, serem subjugados ao posto de semovente, de corpo que trabalha, esses sujeitos organizaram seus elementos de resistência na luta de classes.

Em outras palavras, para fugir da *diferenciação* imposta pela civilização auto identificada como “branca”, o não-branco/escravo organiza-se coletivamente, se afirmando a partir da sua diferença, mas também para além dela. É neste momento que estes sujeitos reconstroem as qualidades que querem ter como parte de sua marca, agora a partir de valores e ações coletivas que são capazes de ressignificar sua identidade coletiva, buscando emancipação ou a transformação dos lugares ocupados socialmente dada sua própria diferenciação (MOURA, 1988). Disto, temos o exemplo da Quilombagem.

Moura (2013) caracteriza a Quilombagem como o movimento histórico e social que se inicia ao final do século XVI, no Brasil, pelo qual grupos de negros rebeldes formaram continuamente comunidades próprias, os quilombos. Esse movimento foi um elemento de desgaste permanente ao sistema escravista, que representou ônus aferrado ao Estado e senhores de escravos. A importância da Quilombagem esteve no lastro constante do período escravista no Brasil, influenciando

no esfacelamento da estrutura econômica, enquanto conservou a consciência étnica do negro até os dias atuais.

Assim sendo, afirmamos que a compreensão da articulação entre classe e raça se expressa no resultado da luta social entre os valores que qualificam o negro como diferenciado e a luta dos grupos específicos para formar qualidades e valores positivos ligados à raça negra. E, já que a identidade racial não é parte da essência do indivíduo, o *ser negro* é resultado da dinâmica do antagonismo de classes e seus vários estratos.

Ainda segundo Moura (1988), as próprias contradições do racismo levam a esses grupos a atuarem em diversos lugares para tentar penetrar na “sociedade branca” com seus valores. Esse movimento pode levar a dois caminhos: 1) uma visão radical social; 2) uma regressão, que leva os grupos *específicos* a se tornarem novamente parte do grupo *diferenciado*. Isto demarca a convergência entre a perspectiva do autor e a de Marx, na ideia de que o passo da história não significa necessariamente evolução e que a luta de classes não está definida pela vitória dos oprimidos. É nessa realidade de peneiramento social, de uma sociedade de classes que se vê como branca, que vemos a continuidade da organização de negros e negras em grupos específicos (Moura, 1988).

## **A materialidade da raça**

A particularidade das sociedades poliétnicas nasce pelo conflito promovido na colonização e se constitui enquanto elemento central da reprodução do poder das elites e da burguesia no Brasil (MOURA, 2020a). Isto é, a colonização propõe um novo antagonismo que inaugura uma nova fase nas colônias. Enquanto é possível identificar a justificativa na dimensão ideológica do racismo, o fundamento deste antagonismo está na dominação racial e escravidão como forma de controle do trabalho. A formação das raças e a sua designação a determinados papéis na divisão social do trabalho organiza o destino do Novo

Mundo e do capitalismo como modo de produção mundial. O racismo “tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico e político” (MOURA, 1994, p. 28). Seu significado polimórfico, de força permanente, só pode ser compreendido ao aventar seu papel social, ideológico e político.

Seu sentido ideológico como justificação da dominação, se completa com sua transformação em instrumento de dominação. Pois, é em sua manifesta condição como possuidor de uma lógica específica que se identifica o sentido colonial do racismo e sua revitalização no capitalismo. Em outras palavras, é a necessidade de exploração do trabalho que dá base a justificativa codificada na raça, o elemento simples da lógica interna do racismo, expressando-se, assim, sua materialidade.

Não fosse suficiente a divisão e hierarquização da humanidade após promulgado o direito divino de conquista do europeu, no colonialismo, a raça se manteve como elemento definidor das dinâmicas de dominação no âmbito internacional, além de organizar a exploração do trabalho. Como aponta Moura:

Com a passagem do colonialismo para o imperialismo (neocolonialismo), o racismo é remanejado em sua função instrumental. As metrópoles passam a ver as áreas coloniais como habitadas por povos indolentes, incuravelmente incapazes de criar uma poupança interna que os elevasse ao nível dos países brancos, que tinham estes predicados e se desenvolveram, ao contrário do mundo não-branco que, por esta razão, permanece subdesenvolvido (MOURA, 1994, p. 31).

Um movimento que tem seu ponto de partida na partilha da África por Bismarck, no final do século XIX, criou uma trégua entre os países imperialistas, recém aglutinados na raça branca (MOURA, 1994).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> N’Krumah (1967) descreve, nesse sentido, o intento imperialista dos EUA como

Entretanto, a sequência da disputa imperialista retomou o racismo de base nacionalista, mantendo-se a difusão da civilização burguesa e sua reprodução resoluta no mundo dependente. As Grandes Guerras, o nazismo e a Guerra Fria, embora obviamente não sejam explicadas apenas por esse elemento, são exemplos destacados dessa dinâmica.

Primeiro, a disputa de padrão civilizacional no mundo bipolar imprimia a negação de autonomia e imposição do capitalismo dependente. Segundo, a premissa de emancipação constituiu uma perspectiva deslocada da realidade, eurocentrada e faseológica da constituição do socialismo, que preconizava o desenvolvimento de um proletariado urbano em regiões estruturalmente heterogêneas. Embora esses movimentos sejam essencialmente diferentes, os traços paternalistas e civilizatórios que carregam estão dispostos por nenhum outro elemento senão a raça. Assim, Aimé Césaire pode ser ouvido quando diz: “civilizados até a medula! A ideia do negro bárbaro é uma invenção europeia” (CÉSAIRE, 1978, p. 37).

No contexto do desenvolvimento do capitalismo enquanto modo de produção mundializado verifica-se que “a existência da escravidão nas colônias proporcionou o desenvolvimento do capitalismo industrial nas metrópoles” (MOURA, 2020b, p. 83). Em suma, é este o processo histórico que materializa a raça e a lógica interna do racismo, a partir de sua função de dominação para exploração do trabalho escravo e subjugação dos povos colonizados, como constituinte essencial do capitalismo no mundo e de seu padrão de poder.

Para o racismo e a dominação de classes em âmbito nacional, a raça organizou a exploração do trabalho no escravismo como crivo da divisão entre escravos e senhores. Ela toma contornos específicos e particulares ao longo do tempo e espaços geográficos. Por exemplo, no início da colonização do Brasil, *negro* referia-se apenas ao que posteriormente veio a ser codificado como *índio* e muitos historiadores

---

implicância de um direcionamento racial que foi utilizado para expandir a civilização burguesa e a dependência do capital norte americano na África.

confundiam o vocábulo como desígnio de africano (MOURA, 2013). Embora isso pareça indicar um conteúdo abstrato à raça, na verdade evidencia sua constituição relacional e indissociável de sua concretude: a exploração do trabalho e não uma essência inata ou biológica.

O processo de transição do escravismo tardio para o capitalismo dependente, descrito por Moura (2020a), evidencia os elementos que organizam a raça como instrumento de dominação de classes para exploração do trabalho assalariado no Brasil, o que significou a manutenção do mesmo bloco de poder escravista na nova etapa capitalista que se avizinhava. Tal transição se assenta nas estratégias de dominação construídas no primeiro sistema. Estas constituíram a manobra que a classe dominante realizou para que a transição do escravismo tardio se desse em acordo com seus interesses e do imperialismo inglês. Também, expressam o meio pelo qual a classe dominante resolveu o problema da mão de obra e o problema da terra, nascidos das necessidades das relações de produção capitalistas.

A mão de obra negra – por efeito de um trabalho ideológico empreitado pelas elites dirigentes, políticos e imigrantistas – foi tachada como insuficiente ao trabalho da economia cafeeira. A imigração branca/europeia foi a solução, além de fonte de lucro. A questão da terra era associada à questão do poder. Assim, o objetivo era a conservação da posse nos mesmos proprietários e dificultar sua aquisição – e a consequente divisão do poder. Esta questão se resolveu com a Lei da Terra (MOURA, 2020a).

Os anseios do grupo dominante foram atendidos, dado que o movimento imigrantista e a Lei da Terra bloquearam grandes sobras de mão de obra nacional e, mais importante, impediram preventivamente a posse da terra pela massa escrava que seria liberta. Também, o surto de imigração impedia o acesso de tal massa, mantendo-a excedente nesse processo. Do lado da exploração do trabalho, alguns fazendeiros possuíam uma visão capitalista do mercado de trabalho ao contratar escravos fugidos como assalariados, principalmente em São Paulo. Este pragmatismo seria inimaginável no século XVIII, mas mostra a

decomposição do comportamento senhorial enquanto classe (Moura, 2020a).

Por fim, na fase derradeira da escravidão os escravos se tornam objeto da ação política abolicionista – em oposição a fase que se estendeu até 1850, na qual estes eram sujeitos da ação histórica. Consequência direta da diversificação na divisão interna do trabalho e a perspectiva de se tornar um assalariado, o que deslocou o escravizado de sua condição de quilombola ou insurreto urbano, tendo o trabalho livre como objetivo (MOURA, 2020a). Assim, para encerrar o quadro que destaca os fundamentos da subsequente marginalização dos trabalhadores racializados no Brasil, temos que:

Atuando concomitantemente no plano ideológico e político, as elites intelectuais elaboraram e desenvolveram a ideologia do racismo como arma justificadora dessa estratégia, qualificando o trabalhador nacional não branco de um modo geral, e o negro em particular, como incapazes de enfrentar os desafios da nova etapa de organização do trabalho que se apresentava com o fim da escravidão (MOURA, 2020a, p. 148).

## **Conclusões**

Entender a materialização histórica da raça no capitalismo brasileiro como construção social submetida à lógica específica do racismo enquanto categoria real, nos ajuda a analisar a concretude da realidade nacional a partir do materialismo histórico-dialético. É a partir do movimento de dominação e exploração colonial que se constroem as particularidades do capitalismo dependente, herdeiro direto do escravismo colonial e da luta de classes entre senhores e escravizados.

A novidade histórica da escravidão no colonialismo é a criação de um qualificador universal, que se tornou uma das mais eficazes armas de dominação: a raça. Utilizada como ideia para justificar os espólios

e a violência, materialmente manifesta na organização produtiva das colônias. A hierarquização racial da humanidade é fruto da tentativa violenta de rebaixar a humanidade dos povos e etnias dominadas, tendo como fim a exploração. Este processo nunca pôde se dar por completo, já que ninguém pode alterar a concretude da natureza humana dos escravizados. Ao racializar e diferenciar socialmente um grupo de indivíduos – isto é, torná-los parte de um grupo *diferenciado* –, este se torna portador de valores próprios, ligados diretamente à sua *marca*, que o inferioriza.

É possível perceber que os significados da diferenciação social do negro estão ligados a um suposto “atraso” biológico e cultural da raça – noções dispostas política, social e ideologicamente pelo colonialismo, conforme apontou Moura (1994). O *ethos* diferenciado, atribuído aos negros, é parte da própria construção iluminista da ciência, tendo como uma de suas bases a antropologia racista como ciência que consagrou a hierarquização racial do mundo a partir de análises biológicas (MOURA, 1994).

Enquanto a dimensão ideológica do racismo orientava a colonização pelo direito divino, superioridade inata, consequência da evolução humana; materialmente, ele subsumiu a existência e reprodução de etnias inteiras à forja do pertencimento ou não à humanidade. Em outras palavras, o poder colonial esteve disposto pelo crivo da raça. Assim, a divisão internacional do trabalho, que se liga à classificação racial do mundo, subjugou o Brasil à dependência.

No capitalismo dependente, raça e classe “se imbricam nesse processo de competição do Negro, pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto.” (MOURA, 2020a, p. 215). Nesse sentido, os aspectos materiais e subjetivos da conformação da sociedade de classes no Brasil estão indissociavelmente dispostos pelo racismo. Apesar de ser o país da *democracia racial*, o racismo “na sua estratégia e nas suas táticas, age sem demonstrar sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente nos seus objetivos” (MOURA, 2020a, p. 215).



O problema criado pela dominação branca e que se convencionou denominar de o “problema do negro” ou “questão racial” é parte das contradições que construíram esse sistema que cada vez mais recrudesce sua máquina de moer gente, devorar corpos racializados. Trata-se de um problema ligado ao movimento de produção e reprodução de um sistema construído a partir da violenta dominação europeia. A identidade racial, a diferenciação, a especificação, se constroem dialeticamente com a conformação de classes e suas consciências. Portanto, a dialética do específico-diferenciado é fruto da sociedade de classes, só acontece nela, como um movimento de reelaboração da identidade discriminada.

No Brasil pós-abolição, a marginalização social traz para os negros a necessidade de continuar a resistir à identidade criada pelo racismo e ressignificada na sociedade de classes. Neste processo, podemos observar elementos que implicam particularidades ao racismo brasileiro e necessitam de investigação e reflexões posteriores, como a disposição de valores sociais no processo miscigenatório, o conseqüente apagamento de identidades étnicas e o impacto da miscigenação. Principalmente, pois estes elementos empregam coesão entre a dominação racial e a exploração capitalista.

Por fim, a reflexão aqui disposta nos auxilia a caminhar em direção à materialidade da luta de classes no Brasil. Algumas questões que emergem da organização da práxis revolucionária parecem estar, no Brasil, muito mais próximas de uma insurreição cabocla, de uma classe que tem raça, de dominados e explorados, do que de um etéreo *proletariado industrial urbano*. Com isso queremos dizer: não há *classe para si* sem nossos *grupos específicos*.

## Referências bibliográficas

- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. [Tradução de Noêmia de Sousa]. Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa Editora, 1978.
- GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [S.L.], n. 80, p. 115-147, 1 mar. 2008.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Apresentação: Plínio de Arruda Sampaio Júnior. Campinas, FE/ UNICAMP, 2011.
- MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.
- MARX, Karl. O Capital. Livro I, v. II. São Paulo: Editora Nova Cultural (“Os Economistas”), 1996.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MOURA, Clóvis. “A história do Trabalho no Brasil ainda não foi escrita”. [Entrevista concedida a] José Carlos Ruy. In: *Revista Princípios*, São Paulo, n. 37, 1995, p. 51-58.
- MOURA, Clóvis. “O racismo como arma ideológica de dominação”. In: *Revista Princípios*, São Paulo, n. 34, 1994, p. 28-38.
- MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020a.
- MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020b.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro Brasileiro*. Editora Ática: São Paulo, 1988.

MOURA, Clóvis. *Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

N'KRUMAH, Kwame. *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

QUIJANO, Anibal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In: QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.